

## PATRIMÔNIO CULTURAL E TERRITÓRIO: EM CARTOGRAFIA SOCIOCULTURAL DA ETNIA GUATÓ

GIL PASSOS DE MATTOS<sup>1</sup>; JORGE EREMITES DE OLIVEIRA<sup>2</sup>

<sup>1</sup>PPGMP-UFPEL – [abaporu.gil@gmail.com](mailto:abaporu.gil@gmail.com)

<sup>2</sup>UFPEL – [eremitesbr@gmail.com](mailto:eremitesbr@gmail.com)

### 1. INTRODUÇÃO

O resumo aqui apresentado, trata do mapeamento do patrimônio sociocultural, como estratégia para a delimitação e ou legitimação de territórios tradicionalmente ocupados, nesse caso, relacionado as áreas ocupadas pelo povo Guató, a última etnia essencialmente canoieira do Pantanal. É importante frisar, que tal produção científica, ainda em estágio inicial, integra a pesquisa de doutorado intitulada: “Na trilha dos Guató: cartografia sociocultural da memória, território e patrimônio cultural dos índios da etnia Guató na região do Pantanal”, desenvolvida no PPGMP/UFPEL.

Relatos históricos de conquistadores ibéricos desde o século XVI já indicavam a existência desse grupo étnico na região pantaneira. Em áreas adjacentes aos rios Paraguai e São Lourenço, das lagoas Uberaba e Gaíva e na área da atual Ilha Ínsua. O primeiro relato histórico envolvendo o nome Guató foi realizado pelo conquistador Álvaro Núñez Cabeza de Vaca, que entre o fim do ano de 1542 e início de 1543 comandou a expedição castelhana a Laguna De Los Xarayes, primeiro nome atribuído à região pantaneira na cartografia ocidental (EREMITES DE OLIVEIRA, 2002).

Em relação ao modo de vida, envolvendo organização social, subsistência, cultura material, entre outras questões importantes para o cotidiano e identidade étnica desse grupo, destacam-se dois autores: Eremites de Oliveira, atualmente a maior referência sobre os Guató, e o etnólogo alemão Max Schmidt, que realizou três expedições para estudar essa etnia, nos anos de 1901, 1910 e 1928. Pode-se citar outros trabalhos, como o de Castelnau em 1845, sendo essa a primeira publicação com descrição etnográfica e linguística sobre os Guató. E alguns anos antes, entre 1826 e 1827, as descrições de Hércules Florence, desenhista da Expedição Langsdorff, com suas ilustrações retratando os Guató em suas habitações e em suas canoas pelos rios Paraguai e São Lourenço.

### 2. METODOLOGIA

Ao que se refere a tese de doutorado, a metodologia de trabalho está alicerçada em três pilares principais, são eles: pesquisa etnográfica, uso da ferramenta SIG (Sistema de Informação Geográfica) e levantamento documental e bibliográfico. No entanto, como ainda não foi realizado trabalho de campo junto aos Guató, ainda não foi realizada etnografia, somente levantamento bibliográfico, especialmente de obras etnográficas. Também já está em andamento a montagem e abastecimento de banco de dados em SIG.

Na pesquisa bibliográfica buscamos textos envolvendo o território, modo de vida e patrimônio cultural do povo Guató. Quanto ao uso de Sistema de Informação Geográfica, a ferramenta vem sendo utilizada para a armazenagem de dados espaciais georreferenciados e dados de atributos, ou seja, de informações armazenadas em tabelas, ligadas a essas entidades espaciais (pontos linhas ou

polígonos). O banco de dados em SIG é alimentado por arquivos do tipo shapefile, imagens de radar e satélite, provenientes de órgãos governamentais. E foram confeccionados dados shapefile, a partir de pontos de GPS, obtidos em projetos de pesquisa e laudos periciais envolvendo os Guató, coordenados pelo orientador dessa pesquisa, Jorge Eremites de Oliveira.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após a chegada dos colonizadores os Guató passaram por dois processos, de desterritorialização e reterritorialização, em seus territórios tradicionalmente ocupados. Ribeiro (2005) elenca três eventos históricos marcantes no processo de desterritorialização sofrida pelos Guató. O primeiro acontecimento, a assinatura do Tratado de Madrid (1750), que estimulou o processo de ocupação branca da área. Outro evento, foram as incursões bandeirantes com a captura de nativos e as doenças trazidas por eles. E o terceiro acontecimento foi a Guerra da Tríplice Aliança (1864 – 1870), além de terem ocorrido mortes desses índios, que apoiaram as tropas brasileiras, o contato também trouxe doenças e mortes, com ênfase para a varíola. E ao fim desse conflito muitos não índios se fixaram nessa região.

Outros aspectos também influenciaram na desterritorialização Guató, como medidas governamentais restritivas a caça e a pesca, que acabaram também enfraquecendo esse grupo. Diante de tal cenário, na década de 1950, Darcy Ribeiro considerou os Guató extintos (RIBEIRO, 2005). Considerados extintos pelo SPI (Serviço de Proteção ao Índio), invisibilizados os Guató ficaram excluídos de políticas governamentais de proteção aos índios.

Tal cenário de desterritorialização, só viria começar a ser revertido a partir de meados da década de 1970. Ribeiro (2005) salienta que foi no ano de 1976, que a irmã Ada Gambarotto, encontrou na cidade de Corumbá a índia Guató dona Josefina. Com o apoio da Pastoral Indígena, realizou algumas expedições no Pantanal, encontrando diversos Guató na região. Após a entrada da FUNAI atuando nessa questão é que se dá início ao processo legal de reterritorialização Guató. Primeiramente, com a retomada da Ilha Ínsua, local considerado o centro do universo na cosmologia do grupo. Ocorrendo a homologação da T. I. Guató somente com o Decreto de 10 de fevereiro de 2003, assinado pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

O outro território Guató demarcado é a T. I. Baía dos Guató. Costa (2015) explica que a FUNAI de Cuiabá, em conhecimento de famílias Guató vivendo as margens do Rio São Lourenço em situação de vulnerabilidade, correndo risco de serem expulsas do local, no ano 2000 tomou medidas para a identificação dessa parcela do território dessa etnia. A FUNAI junto aos Guató, percorreu suas habitações e colheu depoimentos. Destaca-se que numa das viagens a equipe contou com a presença da arqueóloga Maria Carla Migliácio do IPHAN, na ocasião dois sítios arqueológicos associados aos Guató foram vistoriados e posteriormente registrados no CNSA/IPHAN. Tratam-se dos sítios, Aterrado do Bananal e Cemitério Guató do São Lourenço. No ano de 2009 foi declarada a T. I. Baía dos Guató, como pertencente a esse grupo étnico. Em 2012 foi contratada a empresa para a demarcação da área, que só foi homologada no ano de 2018, pelo então Presidente da República Michel Temer.

No presente etnográfico Guató, existem dois contextos principais de ocupação já delimitados, tratam-se da T. I. Guató, na Ilha Ínsua, município de Corumbá (MS) e da T. I. Baía dos Guató, município de Barão de Melgaço (MT). Não menos relevante, a literatura contemporânea aponta a presença dos Guató em

outras áreas, como na região do baixo curso do Rio São Lourenço, situado na divisa entre os estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, em especial no local denominado Barra do São Lourenço, na região do Caracará, em Cáceres em local conhecido como Descalvado e no Pantanal Boliviano.

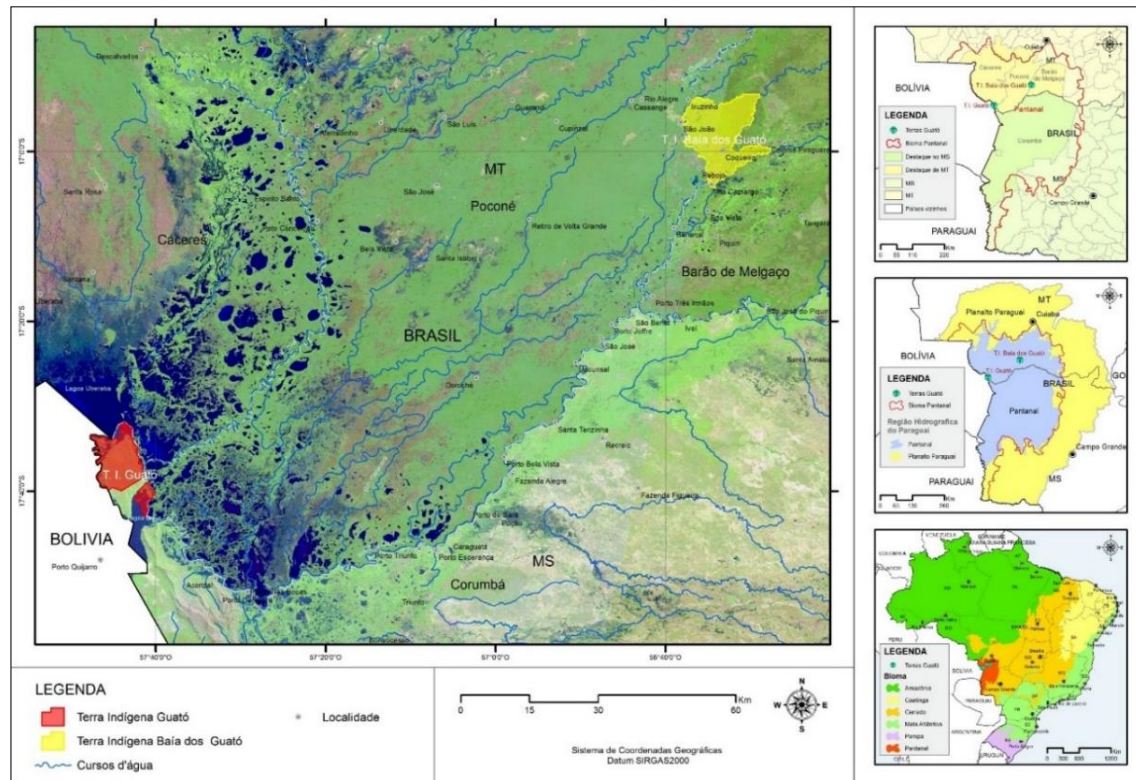


Figura 1: Área de pesquisa.

Sobre a presença de sítios arqueológicos nas áreas ocupadas pelos Guató, destacam-se as estruturas monticulares antrópicas, conhecidos como aterros, normalmente formados por terra (silte, areia, argila), conchas de moluscos, restos de alimentação humana e fragmentos de cerâmica. Mas, também há presença de outros tipos de sítio arqueológicos. Peixoto e Schimitz (2011), destacam três locais com sítios rupestres em áreas tradicionalmente utilizadas pela etnia Guató. No Morro do Letreiro, na margem direita do Rio Paraguai, próximo da entrada da Lagoa Gaíva, identificado pela primeira vez pelo general João Severino da Fonseca no ano de 1875. E os outros dois sítios, documentados pelo etnólogo Max Schmidt (1912 e 1940), nos atuais morros, do Caracará e do Campo.

O fato é, que há uma grande extensão de terra, entre os dois territórios demarcados, e uma série de sítios arqueológicos associados a essa etnia, além de áreas com a presença desse povo, como no caso da região da Barra do São Lourenço. Com a expansão do agronegócio, se faz ainda mais necessária o aumento de áreas e demarcação de mais terras indígenas.

Como abordado em relação a demarcação da T. I. Baía dos Guató, o patrimônio cultural, representado nos sítios arqueológicos registrados na ocasião, desempenhou um importante papel para a legitimidade Guató sobre esse território,

Em seguida é apresentado mapa com os sítios arqueológicos próximos a área de influência Guató, da Ilha Ínsua, baixo curso do Rio São Lourenço e região do Caracará. Salenta-se que, nesse mapa não consta a T. I. Baía dos Guató, nem os sítios arqueológicos existentes no interior dessa terra indígena.



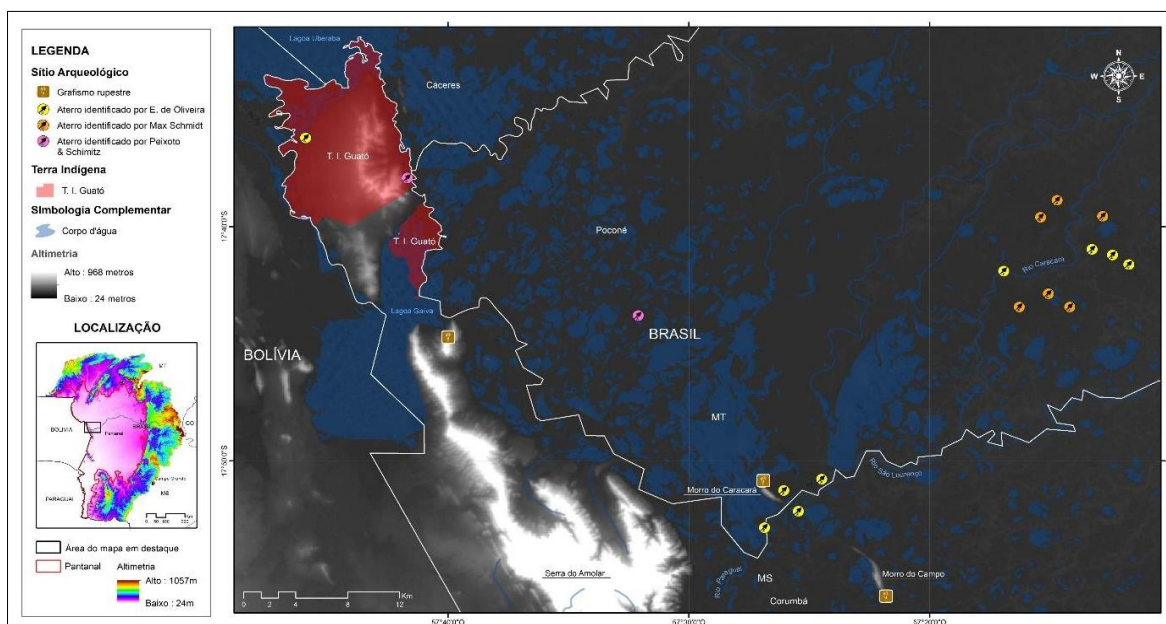


Figura 2: Sítios arqueológicos próximos da T. I. Guató, baixo curso do Rio São Lourenço e Rio Caracará.

#### 4. CONCLUSÕES

Como pôde ser visto, apresentamos aqui dois produtos cartográficos, de muitos já produzidos no âmbito da tese de doutorado. Acreditamos que o uso da ferramenta SIG, atrelado a pesquisa documental e bibliográfica, somada ao uso da etnografia em campo, pode desempenhar um importante papel em nível metodológico. Podendo representar um importante instrumento para os povos originários em defesa de seus territórios tradicionalmente ocupados.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

COSTA, M. F. Guató: Povo das águas. In: CHAMORRO, G. & COMBES, I. (orgs.) Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: História, Cultura e Transformações Sociais. Ed. UFGD, Dourados (MS), p. 199-216, 2015.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Da pré-história à história indígena: (re)pensando a arqueologia e os povos canoeiros do Pantanal. Tese de doutorado em História/Arqueologia. Faculdade de filosofia e Ciências Humanas, PUCRGs, Porto Alegre, 2002.

PEIXOTO, J. L.S. & SCHMITZ, P. I. A Arte Rupestre do Caracará, Pantanal, Brasil. Revista CLIO - Arqueológica, V. 26, Nº 2, 2011.

RIBEIRO, Marilene da Silva. Uma ilha na história de um povo canoeiro: o processo de desterritorialização e reterritorialização dos Guató na região do Pantanal (século XX) / Dissertação de Mestrado – Dourados, MS: UFMS, Campus de Dourados, 2005.

SCHMIDT, Max. Estudos de Etnologia Brasileira: peripécias de uma viagem entre 1900 e 1901. Seus resultados etnológicos. Trad. de C. B. Cannabrava, São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1942.